

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	37
1. Características do texto	37
2. Complexidade do referencial teórico	39
3. Dogmática jurídica	39
4. A impropriedade da reação desconstrutiva à dogmática jurídica	41
§ 1 – CONCEITO DE DIREITO PENAL	47
1. O objeto do conceito	47
2. A denominação da matéria	48
3. A concepção revolucionária liberal	49
4. A concepção marxista	52
5. A perspectiva sociológica estrutural-sistêmica	56
6. Poder de intervenção penal e “direito penal subjetivo”	59
7. Sistema penal	61
8. Fontes do Direito Penal	62
§ 2 – ÂMBITO DO CONTROLE E INTERVENÇÃO PENAL	65
1. Princípio da lesividade (referência ao bem jurídico)	66
2. Fragmentariedade e subsidiariedade	68
3. Caráter simbólico	69
I. Simbolismo positivo	70
II. Simbolismo negativo	72
4. Propostas minimalistas e abolicionistas	73
I. Direito Penal Mínimo	73
II. Abolicionismo penal	76
5. Formas diferenciadas de controle e intervenção penal	83
I. O Direito de “Intervenção” (ou de distintas “velocidades”)	83
II. O Direito Penal do “Inimigo”	86

§ 3 – LEI E NORMA	91
1. Aspectos estático e dinâmico da norma	93
2. Classificação das normas penais	93
3. Caráter constitutivo da norma penal	95
4. Caráter protetor da norma penal (a prevenção geral e individual em referência ao bem jurídico)	98
§ 4 – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	103
1. Origem histórica	103
2. O conteúdo do princípio	105
3. O aspecto garantista da reserva legal como consequência do monopólio estatal do poder punitivo	106
4. A alteração do significado da legalidade em decorrência da consolidação do Estado de Direito	107
5. Os requisitos da lei penal (especificidade, certeza e anterioridade)	108
§ 5 – ANALOGIA	111
1. Analogia <i>in bonam partem</i> e <i>in malam partem</i>	113
§ 6 – INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA	115
§ 7 – PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	119
§ 8 – EFICÁCIA DO CONTEÚDO DA LEI PENAL NO TEMPO	121
1. Irretroatividade do conteúdo da lei mais restritiva (<i>novatio legis in pejus</i> e <i>novatio legis incriminadora</i>)	123
I. Crime permanente	125
II. Crime habitual	125
III. Concurso material de crimes	126
IV. Continuidade delitiva	127
2. Retroatividade do conteúdo da lei mais favorável ao sujeito	128
I. <i>Abolitio criminis</i>	129
II. <i>Novatio legis in mellius</i>	130
3. Combinação do conteúdo de leis	131
4. Lei temporária e lei excepcional	134
I. A relação entre a lei comum e a lei temporária ou excepcional	135
II. O complemento da lei penal em branco de conteúdo temporário ou excepcional	137

§ 9 – EFICÁCIA DO CONTEÚDO DA LEI PENAL NO ESPAÇO	139
1. Conceito de território	140
2. Critérios orientadores da instituição de instrumentos de extraterritorialidade ...	140
I. Representação	141
II. Nacionalidade	142
III. Defesa	144
IV. Jurisdição universal	145
3. Modalidades de extraterritorialidade	145
I. Incondicionada	146
II. Condicionada	147
A) Condições genéricas	147
B) Condições específicas	149
§ 10 – ÂMBITO PESSOAL DE EFICÁCIA DA LEI PENAL	151
1. Prerrogativas funcionais	152
I. Imunidades parlamentares	152
II. Imunidades diplomáticas	153
§ 11 – TIPO	155
1. O tipo como expressão específica da reserva legal (taxatividade)	157
2. Caráter descritivo do tipo (limites à deformação semântica, também chamada de “ficção legal”)	158
§ 12 – COMPOSIÇÃO ELEMENTAR DO TIPO	161
1. Núcleo	162
2. Elementos objetivos	163
3. Elementos subjetivos	164
4. Elementos normativos	166
5. Outros aspectos relacionados com os elementos do tipo	168
I. Os pressupostos do fato típico	168
II. A teoria dos elementos negativos do tipo	169
§ 13 – ESTRUTURA SISTEMÁTICA FORMAL DOS ELEMENTOS NO TIPO	175
1. Elementares	175
2. Qualificadoras	176
I. O tipo do delito qualificado pelo evento (ou resultado)	177

3.	Circunstâncias (agravantes e atenuantes)	179
4.	Causas de aumento ou diminuição de pena	181
	I. As chamadas “formas privilegiadas”	182
	II. O delito “qualificado e privilegiado”	183
§ 14	– <i>ESPÉCIES DE TIPOS</i>	185
1.	Tipo básico	185
2.	Tipo derivado	186
	I. Tipo composto	187
	II. Tipo complexo	188
	III. Tipo qualificado	188
	IV. Tipo privilegiado	189
3.	Tipo subsidiário	190
4.	Tipo de conteúdo variado	191
5.	Lei penal em branco	192
	I. Complemento positivo e negativo	194
	II. Integração homogênea e heterogênea	195
	A) Limites à integração heterogênea	196
	III. O dispositivo complementar e o princípio da anterioridade	196
	IV. Sucessão temporal de dispositivos complementares	197
	V. Erro sobre o conteúdo ou existência do dispositivo complementar ...	198
	VI. Remissão de pena	198
6.	Lei temporária e lei excepcional	199
7.	Tipo aberto	200
8.	Outras classificações e denominações	201
	I. Tipo objetivo e subjetivo	202
	II. Tipo permissivo	204
	III. Tipo congruente e incongruente	204
	IV. Tipo anormal	205
§ 15	– <i>CONCEITO DE DELITO</i>	207
1.	Desenvolvimento histórico do referente do conceito	207
2.	O referente jurídico do conceito	209
	I. A perspectiva sociológica estrutural-sistêmica	210
	II. A perspectiva sociológica inter-relacional	211
§ 16	– <i>CONFIGURAÇÃO ANALÍTICA FORMAL DO CONCEITO DE DELITO</i>	213

§ 17 – FATO TÍPICO	219
1. Desvalor da conduta e desvalor do evento	220
2. Direito Penal do fato e Direito Penal de “autor”	223
§ 18 – CONDUTA	227
1. O conceito de conduta humana na teoria jurídico-penal	229
I. A concepção empírica causal mecânica	229
II. A teoria fenomenológica finalista	230
III. A proposição comunicacional e o significado social	236
2. Movimentos corpóreos (ou inércias corporais) não classificáveis como conduta	239
§ 19 – TIPICIDADE	243
1. A suposta tipicidade material	247
2. A suposta tipicidade conglobante	249
§ 20 – A TIPICIDADE OBJETIVA	253
1. Os crimes materiais	253
I. A relação de causalidade entre a conduta comissiva e o evento	255
A) O método jurídico de aferição da relação causal	256
§ 21 – A TIPICIDADE SUBJETIVA	265
§ 22 – O DOLO	267
1. O objeto do dolo	269
2. Critérios para a definição do dolo (teorias do dolo)	271
3. A consciência da ilicitude do fato	273
4. Graus de dolo	275
5. Dolo e culpabilidade	276
6. Modalidades de dolo	277
I. O dolo direto de primeiro grau	279
A) A especial finalidade da conduta	281
II. O dolo direto de segundo grau	283
A) O elemento volitivo no dolo direto de segundo grau	284
B) O elemento cognitivo no dolo direto de segundo grau	285
III. O dolo indireto (ou eventual)	286
A) O elemento volitivo no dolo indireto (ou eventual)	288

a)	A motivação da conduta	288
B)	O elemento cognitivo no dolo indireto (ou eventual)	289
C)	Diferenças entre o dolo indireto e o dolo direto de segundo grau	290
D)	Formas de atuação classificáveis como dolo indireto (ou eventual) ..	290
a)	A indiferença	291
b)	O risco aleatório	292
c)	A ignorância proposital (“cegueira deliberada”)	294
c.1)	A “cegueira deliberada” no Direito Comparado	297
c.2)	Estrutura da conduta (<i>ac io libera in causa</i>)	298
c.3)	Os motivos e a finalidade que orientam a decisão de ignorar	301
c.4)	O elemento cognitivo do dolo na ignorância deliberada	302
c.5)	O objeto do conhecimento nos casos de ignorância deliberada	305
c.6)	Diferenças em relação à imprudência consciente	306
7.	Teorias do dolo	308
I.	A vontade, finalidade ou propósito de implementação do fato típico ...	310
II.	A indiferença relativa à realização do fato típico	311
III.	A atitude do sujeito em relação ao risco	312
A)	O risco como objeto da representação subjetiva	314
B)	O complemento normativo da classificação da seriedade do risco ...	317
C)	A concepção cognitiva da valoração da seriedade do risco	319
IV.	Síntese	321
8.	A demonstração (prova) do elemento cognitivo do dolo	323
9.	O suposto “dolo alternativo”	324
10.	Preterdolo ou preterintenção (delitos qualificados pelo evento)	325
11.	O erro sobre elementos do tipo	329
I.	O objeto do erro de tipo	331
II.	Efeitos do erro de tipo, e a possibilidade de configuração de um delito imprudente	333
III.	Erro de tipo e “erro de fato”	334
12.	O erro circunstancial	335
I.	O erro sobre o objeto	336
A)	O erro sobre a pessoa	336
a)	Crítica à regulamentação do CP brasileiro	339
a.1)	A responsabilização pelo pensamento	339
a.2)	O erro de tipo	340

a.3) A classificação jurídica do fato com base no erro do sujeito ...	341
II. O erro na execução	342
A) A implementação de um resultado (evento) distinto do pretendido (<i>aberratio ictus</i>)	343
B) O erro sobre o curso causal	343
§ 23 – A TIPICIDADE NORMATIVA	347
§ 24 – A NEGLIGÊNCIA E A IMPRUDÊNCIA	351
1. A finalidade do sujeito no delito imprudente	353
2. A definição do delito imprudente	355
3. A excepcionalidade do delito imprudente	358
4. A denominação “culpa”	359
5. A imprudência consciente	362
I. Diferenças em relação ao dolo indireto (eventual)	365
6. A definição do dever de cuidado	367
I. As expectativas de comportamentos de terceiros (princípio da confiança)	376
7. A imputação típica do evento no delito imprudente	377
I. A previsibilidade da possibilidade de ocorrência do evento	378
II. O risco proibido e seus efeitos específicos para a imputação do evento	381
III. O âmbito de tutela da norma	388
8. Graus de imprudência	389
9. A hipótese inadequadamente denominada como um caso de imprudência (ou “culpa”) imprópria	392
I. Uma proposta de regulamentação jurídica da hipótese	395
10. Imprudências recíprocas	395
§ 25 – A OMISSÃO JURIDICAMENTE RELEVANTE	399
1. O dever de agir	401
I. O caráter instrumental do dever (realização da conduta e não obtenção do resultado)	404
2. A possibilidade de atuação	405
I. A exigibilidade da atuação	406
3. A definição da conduta devida	408
4. A imputação subjetiva da conduta	409
5. A relação jurídica entre a conduta omissiva e o evento	412
I. A denominada “omissão por comissão”	415

§ 26 – A CLASSIFICAÇÃO DO EVENTO COMO UMA “OBRA” SOCIALMENTE INADEQUADA DO SUJEITO, VULNERADORA DO ÂMBITO ESPECÍFICO DE TUTELA DA NORMA, QUE CRIA UM RISCO PROIBIDO EM DECORRÊNCIA DO QUAL O EVENTO SE IMPLEMENTA (DECORRENTE DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS REUNIDOS MEDIANTE A DENOMINAÇÃO: “TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA”)	423
1. A origem da categoria	426
2. A denominação “teoria da imputação objetiva”	427
3. Propostas sistematizadoras	434
4. Critérios gerais	438
I. A inadequação social da conduta	439
II. A criação de um risco proibido	441
III. O âmbito de tutela da norma	444
A) O consentimento do ofendido	446
B) A autocolocação em risco	448
C) A omissão de cuidados salvadores	449
IV. O efeito concreto do risco na implementação do evento	450
A) O concurso de relações de causalidade	452
a) A causa superveniente relativamente independente e suficiente para a implementação do evento	455
B) A conduta alternativa em conformidade com o Direito	458
C) Os cursos causais hipotéticos	461
5. Hipóteses inadequadamente classificadas como critérios específicos de imputação	462
I. A diminuição do risco	463
II. O princípio da confiança	464
§ 27 – O ITER CRIMINIS	467
1. A tentativa	471
I. Tentativa perfeita (acabada) e imperfeita (inacabada)	479
II. Consequências jurídicas	480
A) A tentativa inidônea (crime impossível)	481
a) Suposição da prática de um delito (delito putativo, ou imaginário)	484
§ 28 – MOMENTO DO DELITO	487
§ 29 – LOCAL DO DELITO	491
§ 30 – SUJEITO ATIVO	493

SUMÁRIO

1. Modalidades de sujeitos ativos	495
I. Critérios classificatórios	496
A) O critério objetivo-causal	497
B) O critério da classificação jurídico-formal (tipicidade)	497
C) O critério subjetivo psicológico	498
D) O critério do domínio do fato	498
2. Síntese conceitual	500
3. Autor	500
I. Autoria direta (imediate)	501
II. Autoria intelectual (indução)	502
III. Autoria mediata	502
A) Erro de tipo	504
B) Erro sobre a ilicitude	506
C) Coação	506
D) Subordinação hierárquica	507
E) Inimputabilidade	507
F) O domínio sobre uma estrutura organizada de atuação	509
a) A utilização de uma pessoa jurídica como instrumento	511
4. Concurso de pessoas	514
I. Coautoria	515
A) O domínio funcional do fato	515
B) Comunhão de vontades	516
C) Classificação individualizada das condutas	516
D) Comunicabilidade das circunstâncias e condições de caráter pessoal ...	517
E) Delitos imprudentes e condutas omissivas	518
F) Autoria paralela	519
II. Participação	520
A) A tipicidade indireta e subordinada da participação	521
B) O conteúdo subjetivo da participação (aspecto racional e psico- lógico)	522
C) A relevância objetiva da participação	524
D) Formas de participação	524
E) Momento da participação	525
F) Prática de delito mais grave pelo autor	525
a) Aumento de pena	526
G) Participação de menor importância	528

III. Comunicabilidade e independência das características pessoais no concurso de pessoas	529
IV. Delitos de mão própria	531
V. Responsabilidade de autores e partícipes	531
§ 31 – A TIPICIDADE INDIRETA	533
1. Crimes omissivos impróprios	533
2. Crimes tentados	534
3. Participação	535
§ 32 – O CONCURSO APARENTE DE LEIS	537
1. Requisitos	539
I. A unidade do fato	539
II. A pluralidade de possibilidades de classificações jurídicas	539
III. A vigência concomitante dos dispositivos legais	540
IV. A unidade do objeto material sobre o qual recai a conduta	540
2. Critérios classificatórios	540
I. Especialidade	541
II. Consunção (ou absorção)	542
A) Crime meio mais grave que o crime fim, ou equivalente	544
III. Subsidiariedade	545
IV. Alternatividade	547
§ 33 – CONCURSOS DE DELITOS	549
1. O concurso material (ou real)	551
2. O concurso formal (ou ideal)	552
I. O requisito subjetivo da unidade do desígnio	553
II. As consequências jurídicas	554
A) Limite quantitativo	555
3. O crime continuado	556
I. A conexão objetiva entre as condutas	558
A) A vagueza dos referentes objetivos	559
II. O requisito subjetivo da unidade do projeto de atuação	560
III. As consequências jurídicas	563
A) Limite quantitativo	564
B) Causa de aumento de pena para crimes cometidos com violência ou grave ameaça	564

§ 34 – ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)	567
1. Ilicitude e irrelevância penal	568
2. A relação entre tipicidade e licitude	569
I. Relação de especialidade entre a norma permissiva e o conteúdo do tipo	569
II. Efeito justificante da norma excludente de ilicitude	570
3. A ilicitude como elemento normativo do tipo	571
4. O conteúdo absoluto (não dimensionável) da ilicitude	571
5. A teoria dos elementos negativos do tipo	572
I. Crítica à teoria dos elementos negativos do tipo	573
6. A ilicitude objetiva	574
I. A concepção objetiva do ilícito penal e a culpabilidade subjetiva	576
7. A pretensa antijuridicidade material (ou concreta)	577
8. Hipóteses de exclusão de ilicitude	582
I. Estado de necessidade	585
A) Requisitos	586
a) A situação de perigo	587
b) A conduta necessária para proteger o bem jurídico	588
c) O fundamento da justificação da conduta (ponderação valorativa dos bens jurídicos envolvidos)	589
c.1) Equivalência valorativa dos bens jurídicos	590
d) Estado de necessidade justificante e exculpante	591
e) Titularidade do bem jurídico	592
f) Dever do sujeito de enfrentar o perigo	592
g) Estado de necessidade defensivo e agressivo	593
II. Legítima defesa	594
A) A situação justificadora	595
a) Requisitos	596
a.1) A agressão	596
a.2) O perigo concreto (atualidade ou iminência da agressão)	597
a.3) O bem jurídico em perigo (legítima defesa própria ou de terceiro)	598
a.4) A ilicitude da agressão	600
a.5) A necessidade da prática do fato típico	601
a.6) Os meios necessários para neutralizar a agressão	602
a.7) A moderação na realização da conduta defensiva	603
a.8) A aferição da necessidade e da moderação na conduta defensiva	604

B)	Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa ..	604
C)	Legítima defesa de terceiro implementada por agente de segurança pública	605
III.	Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito	606
9.	Pretensas causas supralegais de exclusão de ilicitude	608
I.	Os argumentos justificantes das causas supralegais de exclusão de ilicitude	609
A)	A aplicação de normas de Direito Comparado por analogia	610
a)	A relatividade do valor do Direito Comparado	612
B)	A adequação social da conduta	613
C)	Os exemplos indicados no âmbito teórico	614
10.	Consciência da situação justificadora (ou permissiva)	615
I.	Suposição de existência de uma situação justificadora (ou permissiva) ...	617
II.	A conduta justificada para o finalismo e a crítica correspondente	618
A)	A diferença entre a norma estrutural classificatória e a norma de conduta	620
11.	Erro sobre a situação permissiva (descriminante putativa)	621
I.	Consequências jurídicas da atuação em um contexto de erro sobre a situação permissiva	622
II.	A defesa de interesse disponível de terceiro, sem conhecimento de sua disposição pelo titular	624
12.	Excesso	624
I.	Excesso intensivo e extensivo	625
II.	Excesso doloso e imprudente	626
III.	Excesso decorrente de alterações emocionais agudas	627
A)	As modalidades de emoções (limitantes e agressivas)	629
B)	A consequência jurídica do excesso decorrente de alterações emocionais agudas	630
§ 35 –	CULPABILIDADE	633
1.	A natureza ética da culpabilidade	634
2.	A capacidade penal do sujeito e a reprovabilidade social da conduta	635
3.	Fundamentos da culpa e fundamentos da pena	637
I.	Reprovabilidade da conduta e caráter retributivo da pena	638
4.	O objeto do juízo de culpabilidade	640
I.	A culpabilidade subjetiva	640
II.	A culpabilidade normativa	641

5. A dimensionabilidade da culpabilidade	643
6. A culpabilidade do sujeito pelo fato	644
§ 36 – IMPUTABILIDADE	647
1. A idade	649
2. A capacidade de entendimento e de determinação	650
I. Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	652
II. Embriaguez	657
A) A embriaguez preordenada	659
a) A embriaguez preordenada parcial	659
b) A embriaguez preordenada completa	660
b.1) <i>A actio libera in causa</i>	661
B) A embriaguez intencional e a imprudente	663
a) O problema da imputação no caso de conduta intencional praticada em estado de embriaguez completa intencional ou imprudente	664
C) A embriaguez decorrente de caso fortuito ou de motivo de força maior	666
3. A questão da emoção e da paixão	668
§ 37 – INTOLERABILIDADE SOCIAL	671
1. A exigibilidade da realização de uma conduta diversa	672
I. Caráter principiológico do juízo de exigibilidade de uma conduta diversa	673
A) Normas “exculpantes” e normas “justificadoras”	674
II. A excepcionalidade da norma excludente de culpabilidade	675
III. A possibilidade prática de realização de uma conduta diversa	676
IV. O problema da aferição do poder de autodeterminação e a crítica determinista	677
A) O determinismo e o “Direito Penal de autor”	679
a) Os problemas da fundamentação da pena na necessidade e não no merecimento	681
b) A incompatibilidade entre o determinismo e o Direito	681
§ 38 – HIPÓTESES DE TOLERÂNCIA DA REALIZAÇÃO DA CONDUTA, OU REDUÇÃO DE SUA REPROVABILIDADE	685
1. Coação	686
I. As chamadas “coação física” e “coação moral”	687
II. Coação resistível e irresistível	688

III.	Idoneidade (seriedade) da ameaça	689
IV.	O dolo na conduta do coagido	690
2.	Erro sobre a ilicitude do fato	691
I.	O aspecto objetivo da ilicitude	691
II.	Efeitos do erro sobre a ilicitude do fato	693
A)	Propostas classificatórias dos efeitos do erro (teorias do erro) ..	694
a)	As teorias do dolo	694
a.1)	Variante absoluta, estrita ou ampla	695
a.2)	Variante relativa, restringida ou limitada	696
a.3)	Crítica às teorias do dolo	696
b)	A teoria da culpabilidade	697
III.	Denominação	698
IV.	Objeto do erro	699
A)	Erro sobre a ilicitude do fato e ignorância do conteúdo da lei ..	701
B)	Objeção à adequação ou validade da norma	702
C)	Ausência de análise sobre a ilicitude do fato e dúvida	703
D)	Normas de Direito Penal e de Direito Civil	705
E)	Diferenças em relação ao erro sobre elementos do tipo	706
a)	Erro sobre elemento normativo do tipo de conteúdo jurídico ..	706
b)	Erro sobre a ilicitude e imputação subjetiva da conduta (dolo)	707
V.	Modalidades de erro (evitável e inevitável)	708
A)	O cuidado exigível de pessoas com conhecimentos específicos ...	710
B)	Classificação da conduta (escusável e inescusável)	711
VI.	Consequências jurídicas do erro	712
VII.	A demonstração (prova) do erro	712
3.	Suposição de uma situação permissiva (descriminante putativa)	714
I.	Consequências jurídicas	716
A)	A regulamentação legal	717
a)	Crítica à regulamentação legal	718
a.1)	A base teórica da regulamentação legal do erro evitável ...	718
a.2)	As teorias absoluta e relativa da culpabilidade	719
a.3)	A impropriedade da chamada “culpa imprópria”	722
II.	Autonomia classificatória da hipótese	723
4.	Obediência hierárquica	724
I.	O critério da “evidência” da ilegalidade da ordem	725
5.	Estado de necessidade desculpante	726

I.	A valoração dos interesses em conflito	728
6.	Alterações emocionais agudas	729
I.	Violenta emoção provocada por ato socialmente inadequado da vítima ...	730
A)	Violenta emoção e dolo	731
B)	Tolerabilidade da conduta praticada mediante violenta emoção	733
II.	Excitação ou euforia decorrente de influência de multidão em tumulto	735
7.	Diminuição da capacidade de entendimento, ou determinação, em consequência de perturbação da saúde mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, ou embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	735
§ 39 – PUNIBILIDADE		737
1.	Punibilidade e penalidade	738
I.	Punibilidade abstrata e concreta	739
2.	A necessidade lógica da existência da punibilidade para a configuração de um delito	741
3.	A classificação da punibilidade na teoria do delito	741
I.	A exclusão da punibilidade abstrata do conceito de delito	743
A)	O aspecto tautológico da punibilidade no conceito de fato punível	744
B)	A retórica terminológica	745
C)	A crítica à penalidade como um elemento do delito	745
D)	A proposta classificatória residual	746
II.	A punibilidade concreta como elemento do delito	747
4.	A inadequação do conceito: direito penal subjetivo (<i>ius puniendi</i>)	748
5.	O fundamento da punibilidade concreta	750
6.	O conteúdo material do delito	751
I.	A inadequação das categorias da tipicidade material e antijuridicidade concreta	753
A)	O problema da tipicidade material e da antijuridicidade concreta nas bagatelas	755
7.	Dignidade penal ou merecimento de pena	756
I.	O conteúdo valorativo da dignidade penal	758
8.	Necessidade de pena	758
I.	As finalidades preventivas da pena	760
II.	A necessidade de pena como critério geral de limitação da punibilidade ...	762
A)	A exclusão da punibilidade	763
B)	A extinção da punibilidade	763
C)	Âmbito geral dos efeitos da necessidade de pena	764

§ 40 – O OBJETO DO DELITO	767
1. O direito subjetivo e o objeto do direito	767
2. Bem jurídico	770
I. Origem do bem jurídico	772
II. Função política do bem jurídico (princípio da ofensividade ou lesividade)	773
III. Função operacional do bem jurídico	774
IV. Merecimento e necessidade de tutela do bem jurídico	775
V. Vinculação do juiz à tutela do bem jurídico legalmente definida	775
VI. O pretense conceito “material” de bem jurídico, como instrumento de controle da tutela penal	777
VII. Prevenção geral positiva	780
A) A polêmica sobre o objeto da norma: conformação ética ou tutela de bens jurídicos	781
VIII. Bem jurídico disponível e indisponível	783
IX. Bem jurídico de titularidade individual, coletiva ou difusa	784
X. Multiplicidade de bens jurídicos	785
XI. Formas de afetação do bem jurídico (dano e perigo)	785
A) O dano	786
B) O perigo	787
a) O perigo concreto	788
b) O perigo abstrato	789
3. Objeto material	790
4. Diferença entre o evento típico (resultado) e a afetação do bem jurídico	791
I. A impropriedade do pretense “resultado jurídico”	792
§ 41 – SUJEITO PASSIVO	795
1. Classificações do sujeito passivo	796
I. Sujeito passivo individual, coletivo e difuso	796
II. Sujeito passivo imediato e mediato	796
2. A inadequada classificação do Estado como sujeito passivo formal do delito	797
§ 42 – A DINÂMICA DA PUNIBILIDADE CONCRETA	801
1. Relevância social da afetação do bem jurídico	802
I. Insignificância	803
A) A classificação jurídica dos efeitos da insignificância	804
a) A incapacidade operacional do conceito material de delito ..	804

SUMÁRIO

b)	O problema da chamada “tipicidade material”	805
c)	A não instauração da punibilidade concreta, devido à ausência de dignidade penal do fato (merecimento de pena)	807
B)	O juízo de classificação do fato como insignificante	807
II.	Tentativa inidônea (crime impossível)	809
III.	Desistência voluntária anterior à afetação do bem jurídico	810
A)	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	810
a)	A voluntariedade e intencionalidade da conduta	812
b)	Diferenças entre a desistência e o arrependimento	814
c)	A classificação jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	814
c.1)	A denominação das hipóteses	815
c.2)	O critério distintivo	816
c.3)	A natureza jurídica da não punibilidade da tentativa	818
c.4)	O fundamento da não punibilidade da tentativa nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz posteriores à afetação do bem jurídico	823
2.	Causas de não punibilidade (inadequadamente denominadas como “escusas absolutórias”)	825
BIBLIOGRAFIA		829